

MULHERES GUINEENSES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: caso do movimento
Mindjer ika Tambur (MIKAT)

Fatumata Djarai Baldé
Segone Ndangalila Cossa
Luana Antunes da Costa

RESUMO: Existem muitas associações de base lideradas pelas mulheres na Guiné-Bissau com diversos objetivos, mas as mais comuns são as que fazem atividades para os fins de melhorar a condição da vida familiar. Este artigo tem como objetivo mostrar como as jovens guineenses tem se engajado nos movimentos sociais para lutar e desconstruir a violência baseada no gênero. Por outro lado, o artigo vai falar de como existem diferentes formas que as mulheres da Guiné-Bissau lutam para conseguirem seus direitos reconhecidos, usando as estratégias aprendidas a partir dos movimentos como *Mindjer ika Tambur* que atua no âmbito do empoderamento, emancipação e tomada de decisão, pois é a partir do movimento supracitado que muitas mulheres se preparam para serem futuras líderes, não só das mesmas associações (MIKAT, FINSJOR entre outras), mas também de alguns partidos políticos como o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Partido Luz, Partido da Renovação Social (PRS) e outros.

Palavras chaves: Mulheres; Cidadania; MIKAT; Guiné-Bissau.

ABSTRACT: There are many women-led grassroots associations in Guinea-Bissau with diverse objectives, but the most common ones engage in activities to improve family life conditions. This article aims to demonstrate how young Guinean women have been involved in social movements to combat and deconstruct gender-based violence. Additionally, the article discusses the various ways in which Guinean women fight for their recognized rights, using strategies learned from movements such as *Mindjer ika Tambur*, which focuses on empowerment, emancipation, and decision-making. It is from this movement that many women prepare to become future leaders, not only within the same associations but also in some political parties.

Keywords: Women; Citizenship; MIKAT; Guinea-Bissau.

INTRODUÇÃO

Nestes últimos anos (entre 2020 a 2023) percebe-se uma grande revolta e engajamento das jovens guineenses na luta pelos direitos humanos, contra a violência baseada no gênero e pela afirmação do direito de igualdade e equidade de gênero. Nesta senda, a luta dessas jovens meninas é aqui problematizada a partir das associações da sociedade civil com foco no movimento *Mindjer Ika Tambur* (MIKAT) e de diferentes pautas que elas utilizam para conseguirem pôr em prática a luta e o que isso gerou, seja no âmbito das conquistas e desgastes, porque muitas vezes elas não gastam só dinheiro ou bens materiais, mas também o desgaste mental e físico.

No campo dos direitos humanos e da cidadania, o desempenho das organizações da sociedade civil, contribuiu de forma decisiva na salvaguarda dos direitos civis e deveres do Estado, através das denúncias de violação, prestação de apoio jurídico às vítimas, aconselhamento, mesmo quando essas ações punham em causa a própria segurança dos ativistas e das suas organizações (BARROS, 2012, p. 76).

Falar dessas jovens é um desafio enorme, porque isso exige uma profunda análise e fundamentação. A Guiné-Bissau é um país onde cada menina é educada de maneira diferente, e na antropologia acreditamos que existem padrões culturais, assim sendo, o processo de socialização primária é coletivo, por isso que, as relações criadas dentro dos movimentos respeitam a tradição e a cultura na qual cada mulher pertence, para isso, supõe-se que essas jovens ao formarem seus grupos de luta, nestes movimentos encontrará sempre meninas de diferentes grupos étnicos. Pode-se perceber a relação e laços que elas irão construir e a forma diferente de como elas irão olhar e encarar cada caso como uma ferramenta forte que vai fortalecer suas lutas. Martins (2011) nos fala que, a maioria das associações juvenis presentes no território guineense são multiétnicas e, encontram-se jovens de diferentes sexos.

Lutar para desconstruir a violência de gênero na Guiné-Bissau não é uma coisa que começou hoje, e em nenhuma circunstância isso será fácil de desconstruir. Pois, a superioridade masculina está enraizada e naturalizada na mente de muitas mulheres, devido algumas tradições étnicas (Fulas, Mandingas etc.) e culturas que educam as mulheres para esperarem um bom casamento, obedecer e respeitar o marido, sem contar com algumas violências que muitas meninas sofrem quando falamos do casamento como por exemplo a não poder escolher seus

maridos, porque, como fala Garraão (2017) as mulheres da etnia Papel são conduzidas ao casamento de uma forma obrigatória pela família, sem terem o direito de escolher seus próprios maridos.

Entretanto, as lutas dessas jovens da nova geração é uma continuidade dos legados das mulheres das gerações passadas que lutaram pelos seus direitos e do país, muito embora elas foram e ainda são invisibilizadas, na história da Guiné-Bissau se fala mais de duas mulheres, a Carmen Pereira, que chegou a ocupar o cargo da presidente da república interina e da Titina Silá que foi uma militante, guerrilheira e heroína na Luta pela Libertação Nacional do país. Mas por outro lado, pouco se fala das mulheres como a Nharbat que lutou no regime colonialista junto com a própria Carmen Pereira e Titina Silá ou da Joana e sua irmã, Teodora Gomes (uma celebrada guerrilheira e uma das líderes do PAIGC) que foram personagens cruciais na luta pela independência.

Com isso, a Patrícia Godinho Gomes (2016) explica-nos que, desde o início da luta de libertação nacional, as mulheres guineenses tiveram uma profunda participação contribuindo para ajudar seu povo a conseguir independência do país, mas, com toda participação delas nesse processo elas se encontram perante uma realidade de total ausência e de invisibilidade das vozes femininas.

Uma parcela das mulheres guineenses como por exemplo as que moram na zona rural, mesmo sem muita oportunidade de visibilidade (ouvidas pelas autoridades locais) como as da zona urbana, elas estão firmes e fortes nas lutas e nos movimentos sociais para fazerem com que sejam ouvidas, por morarem na zona rural elas têm menos acesso às informações que tratam sobre a importância de participação feminina na política ativa. Por isso, Ilse Schere-Warren (2014, p. 3) vai nos mostrar que as manifestações de rua, no sentido restrito, são frequentemente reação de conjunturas coletivas e públicas, que pretendem através dos protestos criar uma visibilidade política. Para isso, o reconhecimento dessas vozes (mulheres), seja através de seus movimentos ou do público, em geral, mobilizado para o evento político em si mesmo, ou seja, essas manifestações expressam o momento multidão dos movimentos, que podem sugerir equivocadamente um sentido de unidade.

Por tudo isso, a importância deste artigo, no campo dos estudos antropológicos e de gênero em contextos sociais africanos, sobretudo, guineense, reside nas aprendizagens das mulheres das associações civis, no âmbito do empoderamento, emancipação e tomada de

decisão, pois é a partir dali que muitas mulheres se preparam para serem futuras líderes, não só das mesmas associações, mas também de alguns partidos políticos, ou seja, empenhadas em uma formação para a cidadania. Como nos fala a antropóloga guineense Peti Mama Gomes (2019), o dinamismo das associações na Guiné-Bissau é explicado como um costume feminino em que as mulheres se reúnem para promover formas de resolverem seus interesses econômicos, políticos e sociais.

Mulheres guineenses e os movimentos sociais

Sempre vi mulheres se organizando em rodas e grupos para falarem sobre suas situações, como vida familiar, problemas dos filhos e principalmente problemas financeiras, eu particularmente não sabia que aquele ato se tratava de algum tipo de movimento social, e acredito que várias mulheres participavam daquelas atividades mas não sabiam que estavam num movimento social. Com o tempo e depois ter me mudado para o Brasil e estando numa universidade onde tive oportunidade de ler vários autores/as acabei entendendo que, aquele ato daquelas mulheres se tratava de um movimento social, porque elas não só debatem as questões das suas famílias, mas também faziam atividades para se apoiarem psicológica e financeiramente.

Existem muitas associações de base lideradas pelas mulheres na Guiné-Bissau com diversos objetivos, mas as mais comuns são as que fazem atividades para os fins de melhorar a condição da vida familiar. Martins (2011) mostra que, a grande parte das associações das mulheres, mesmo com meios e fins diferentes, assentam na base das cooperações tendo como objetivo principal a melhoria da qualidade da vida familiar.

Segundo Alvares (2014), os movimentos sociais se articulam formal e informalmente através de redes de comunicação que eles estabelecem, por outro lado se interconectam pessoas e agrupamentos menos formalizados que se situam em diversos espaços na sociedade civil ou na sociedade não cívica, que de alguma forma se manifestam nas ruas e no campo ao mesmo tempo. As mais comuns, para as mulheres guineenses, são as associações de *abotas*¹ (grupos de abota). Para Martins (2011), este tipo de associação tem como objetivo principal juntar dinheiro e promover atividades culturais para os seus membros.

¹ Grupos criados por mulheres a fim de angariar fundos.

Os grupos de *abota* referidos pelo autor acima citado funcionam da seguinte maneira: a maioria das mulheres que participa desses grupos são as comerciantes. Elas formam um grupo que pode contar com dez (10) ou mais participantes e elas escolhem uma para ser responsável por guardar o dinheiro. Assim, nos mercados, todos os dias, elas tiram um valor do lucro obtido nas vendas e dão para a responsável pela cobrança do grupo e essa, por sua vez, junta o dinheiro e o entrega para um membro. Pode ser o dinheiro juntado durante a semana ou de 3 (três) em 3 (três) dias conforme as regras estabelecidas por elas.

Essas e outras formas de conseguir dinheiro para os movimentos ou de forma individual para se apoiarem exige algumas compreensões fundamentais, como por exemplo, ao pensar nas formas como estes movimentos sociais se organizam e processam a acumulação de recursos, e/ou como percebem e respondem à oportunidade do contexto político.

Digamos que, devido à falta de apoio do governo ou governantes, os movimentos se movem com o que eles conseguem juntar, seja com as contribuições feitas pelos participantes ou pelos financiamentos externos, mas de certa forma, eles fazem mobilização de recursos. Segundo Carlos (2011), o conceito dominante de movimento social é dependente da teoria de mobilização de recursos (TMR), segundo a qual o movimento é uma organização de movimento social. Ressaltando as formas de organização centralizadas como pré-requisito ao desenvolvimento da ação coletiva. Por este motivo, alguns estudiosos da mobilização de recursos concebem os movimentos sociais como entidades burocráticas ordenadas, não espontâneas e formalmente conduzidas.

Essas *abotas* também acontecem com as funcionárias públicas, mas neste caso a *abota* acontece mensalmente pois, ao criarem o grupo, a responsável faz a cobrança somente quando sair o salário. Ela organiza o dinheiro e entrega para uma pessoa de cada vez. Nesse grupo de *abota* dos funcionários públicos é mais comum encontrar homens no grupo em relação as que vendem nos mercados, isto porque na Guiné-Bissau as mulheres infelizmente são as que mais fazem trabalhos informais. Segundo o Inquérito Regional Integrado feito nos anos 2017 e 2018 publicado em 2019, o emprego no setor informal na Guiné-Bissau conta com 68,5% das mulheres no comércio retalhista e 81,4% delas no alojamento e restauração.

Vale a pena ressaltar que a *abota* funciona num círculo rotativo, quando todas as pessoas do grupo receberem o dinheiro termina o ciclo e começa de novo, lembrando também que, não obrigatoriamente quem recebeu primeiro na primeira rodada tem que receber de novo primeiro

na nova rodada, ou seja, a pessoa pode ser a primeira nessa vez e na outra ser terceira ou décima a receber.

Além dessa forma citada acima, de como as mulheres e jovens guineenses se mobilizam, elas não deixam de manifestar de outras formas as suas lutas, e hoje em dia tem se apresentado muito sobre estratégias do feminismo, principalmente para mulheres que tiveram a oportunidade de estudar fora da Guiné Bissau, com foco no Brasil. Estas jovens, vindas de academias brasileiras, trouxeram com elas outras visões sobre a luta e lugar de mulheres, tanto na política, na academia e na economia, como também não deixaram de lado as lutas sobre direito à dignidade e lutam contra todo tipo de opressão e violência baseado no gênero, com foco as violências mais comuns na Guiné-Bissau (mulheres que apanham dos seus maridos só porque não fez jantar ou porque usou uma roupa que o marido considera curta demais).

Em todo caso, em cada movimento social guineense existem mulheres, mesmo sendo em número menor em relação aos homens. Existem inúmeros fatos que fizeram com que as mulheres não participassem ativamente na vida social, uma delas é o fato de os pais não deixarem elas saírem de casa, o que não acontece com os meninos, além disso, existe o fato de que a menina tem que cuidar dos trabalhos domésticos antes de ir para qualquer atividade social, (fiz esta observação a partir da minha experiência e das minhas amigas próximas que converso no dia a dia).

O ativismo feminino que ao meu ver se trata de uma militância se encontra em todos os ambientes e em qualquer parte do mundo, isso porque as mulheres são as que mais sofrem com qualquer tipo de precariedade que abala a sociedade, isso por elas serem, em grande maioria, mães e progenitoras da família. Segundo Silvia Federici (2017), as mulheres desempenham um papel central nas lutas ecológicas por serem as mais afetadas pela desapropriação e pela degradação ambiental, por serem responsáveis pela reprodução de famílias. Por outro lado, são as mesmas que cuidam dos que adoecem por causa da contaminação pelo petróleo, porque a água usada para cozinhar, lavar e limpar é tóxica, e porque a desnutrição é decorrência da perda da terra e da destruição da agricultura local. Então, por estes e outros motivos, as mulheres hoje em dia permanecem na linha de frente contra as corporações transnacionais de minério e do agronegócio que invadem áreas rurais e envenenam o meio ambiente.

Em cada país existem movimentos femininos caracterizados com diversos pontos de lutas diárias. Desse modo, na Guiné-Bissau não seria diferente, mesmo com características

diferentes as lutas se conectam, porque, ousaria dizer, que a maioria das mulheres enfrenta desafios quase semelhantes, como por exemplo a luta pela igualdade, direito à oportunidade, de paridade na política do país e lutas diárias pelas suas comunidades. Assim, acredito que o que muda é o contexto e o território.

Federici (2017) vai dizer que os novos movimentos de mulheres têm voltado à característica do processo de radicalização política que elas refletem, porque cada vez mais as mulheres estão se conscientizando de que seu ativismo deve não apenas proteger as vidas de suas comunidades contra as atividades das companhias transnacionais e lutar por exemplo, pela soberania ou contra a engenharia genética de sementes, mas deve também por outro lado, transformar o atual modelo de desenvolvimento econômico em outro, que respeite o ser humano e a atividade humana. Pode se dizer que as mulheres consideram que os problemas enfrentados não provêm apenas de políticas ou de empresas específicas, mas, estão enraizados na lógica mercenária de acumulação de capital, a qual atualmente trabalha com uma economia verde, e isto está tornando a limpeza do meio ambiente um novo recurso para o lucro.

Além destas crises acima mencionadas, que levam as mulheres à luta nos movimentos sociais, tem vários outros motivos pelos quais as mulheres sempre estão lutando. Na Guiné-Bissau, por exemplo, as filhas de mulheres camponesas e vendedeiras informais é que estão mais à frente para defenderem as causas das suas mães, porque estas jovens sabem o que as suas mães passam e geralmente elas não têm tempo para ir à luta porque precisam continuar com as suas atividades a fim de sustentar os filhos.

Outro aspecto dessa radicalização é a crescente assimilação pelas mulheres rurais/camponesas/indígenas das questões levantadas pelo feminismo popular, tais como: a desvalorização do trabalho doméstico, o direito das mulheres de controlarem seus corpos e suas capacidades reprodutivas, e a necessidade de resistirem à crescente violência contra a mulher. Esse processo foi desencadeado não por meio de considerações ideológicas, mas pelas muitas contradições que as mulheres experimentaram em suas vidas cotidianas, inclusive nas próprias organizações em que participam. As mulheres identificam uma completa conexão entre a mercantilização da natureza e a mercantilização de seus corpos, e reconhecem que o capitalismo estimula um modelo de desenvolvimento que gera violência contra elas. Um primeiro obstáculo encontrado por muitas mulheres em suas lutas foi a discriminação sofrida nas mãos dos homens de suas famílias, e até mesmo por seus próprios companheiros de lutas (SILVIA FEDERICI, P. 4, 2017).

A exploração capitalista está presente na vida diária das mulheres no mundo, e não podia ser diferente com as mulheres guineenses. Na Guiné-Bissau, as mulheres são as que mais praticam as vendas informais em todas as áreas de comércio, mas estas mulheres lidam diariamente com exploração do governo ou dos mais ricos, digo, do governo, porque delas são

cobradas impostos pela Câmara Municipal de Bissau (CMB) e esses impostos não são usados nem para a construção de mercados ou para melhorar a condição dos mercados onde elas tiram os seus sustentos. entre estas e outras dificuldades e explorações que levam estas mulheres e suas filhas a entrarem nas lutas para exigirem seus direitos, como diz a Silvia Federici (2017), o feminismo comunitário não é apenas a defesa de um mundo já estabelecido de valores culturais, mas, ao contrário, ele é a produção de um vocabulário político diferente que pode ser descrevido como novos comuns, ou seja, novas formas de operação, divisão de riquezas e solidariedade.

Vender mercadorias nas ruas pode não parecer uma atividade radical. Mas quem está familiarizado com as intrincadas relações sociais que devem ser criadas, especialmente em nosso tempo, para poder ocupar o espaço público de maneira não autorizada pelo estado, sabe que essa impressão está equivocada. Para as mulheres que compõem a maioria de vendedores ambulantes, criar tais condições que lhes permitam passar a maior parte de seu dia na rua, garantir a segurança de seus produtos – especialmente dos ataques da polícia – e trabalhar em paz umas com as outras, coordenando o uso compartilhado de espaço e de tempo, bem como as atividades de limpeza e precificação, é necessária uma quantidade substancial de negociação e elaboração de políticas. Uma vez atendidos, esses esforços criam um contrapoder que as autoridades não podem ignorar. É por esta razão que, ao redor do mundo, os governos montam campanhas de “limpeza”, usando pretextos de melhorias sanitárias e embelezamento para destruir as presenças que ameaçam seus planos urbanos e que, pela ocupação do espaço público, a própria visibilidade representa uma ameaça à sua autoridade” (SILVIA FEDERICI, ANO, P. 9, 2017).

As mulheres guineenses hoje estão pautando politicamente mais por um trabalho coletivo, porque estão cientes de que precisam tomar as decisões de forma coletiva para que haja mais impacto das suas vozes de luta. Entretanto, pode se dizer que a luta de cidade continua no campo e vice-versa, lembrando que, a maior parte das mulheres guineenses faz as suas lutas e revoluções de forma silenciosa, ou seja, sem participar de grandes movimentos ou sem entrar em problemas com os opressores (estruturas patriarcais). Com isso, elas pensam sobre qual forma elas conseguem mudar a vida de várias pessoas da família ou dos vizinhos. Estas mulheres também são igualmente importantes para a socialização das atividades reprodutivas socialmente.

O papel das mulheres na luta torna-se mais fundamental por elas estarem sempre em contato com as coisas que defendem. Para Silvia Federici (2017), as mulheres reconhecem que a luta contra a opressão e o capitalismo deve estar enraizada nas atividades que reproduzem nossas vidas, porque, nas palavras de um militante (masculino), Rauber (2002 “tudo se inicia em nossa vida diária e depois é traduzido em termos políticos. Onde não há vida cotidiana, não há organização, e onde não há organização, não há política”.

A luta no campo continua na cidade, à medida que homens e mulheres que se deslocam da terra formam novas comunidade nas áreas urbanas, ocupando os espaços públicos, construindo novas formas de viverem juntos, como por exemplo, abrigos, estradas, e tabernas, tudo isso por meio do trabalho coletivo e da tomada de decisão em comum. Novamente se vê mulheres assumindo um papel de liderança neste e outros processos (FEDERICI, 2017).

Ainda hoje muitas mulheres guineenses não trabalham formalmente e algumas não fazem nenhuma atividade que lhe possa dar alguma renda, diferente de outros lugares do mundo onde existem cuidados entre as próprias mulheres que se realiza através de um salário monetário do trabalho feminizado. A Cabanillas (2017), nos fala a partir do contexto da África do Sul onde a maioria da população sobrevive dos subsídios estatais à maternidade ou por idade, e ter um trabalho, inclusive mal pago, é um privilégio relativo, ainda melhor quando tem um trabalho ao qual pode chegar andando e falando na sua língua. Esta realidade se defere do contexto guineense onde não tem subsídios estatais, então, neste caso, as mulheres precisam trabalhar para poderem sustentar seus filhos mesmo sendo com um salário mal pago.

Segundo Bussotti e Mutzenberg (2016), um papel muito relevante está sendo desempenhado pelos jovens e pelas redes sociais, com impacto sobretudo nos contextos urbanos. Uma nova dimensão do tipo cultural, como a música, tem se tornado referência principal para difundir as ideias de tolerância, democratização e críticas à corrupção e outras testáveis por parte das classes dirigentes africanas. Na Guiné-Bissau além dos movimentos que atuam diretamente na construção de uma mudança de mentalidade da sociedade, os músicos da nova geração como o cantor Flavuais, através das suas músicas ele está contribuindo muito na valorização das lutas das mulheres vendedeiras, inclusive ele se intitula de Fidju di Bidera (filho de vendedeira).

As realidades das mulheres guineenses que não fazem parte dos movimentos sociais não são diferentes das mulheres que fazem parte, por isso, mesmo não participando de algum movimento elas estão cientes dos desafios pelos quais as que fazem parte destes movimentos sociais enfrentam, isso porque elas passam por muitos desafios parecidos como arrumar algum jeito de ajudar na educação dos filhos, portanto, fazendo parte nas manifestações ou não elas sabem das suas realidades. Para Nobre e Faria (2003), todas as pessoas presentes nos movimentos sociais femininos estão conscientes, e para isso, são envolvidas na construção do que será a manifestação pública, portanto dali em diante, as reuniões de protestos passaram a

ser cercadas por muros e grades, porque a resistência pode vir de qualquer lugar, a qualquer momento e de quem menos se espera.

Na Guiné-Bissau, a maioria da população constrói a sua cidadania a partir dos movimentos sociais, principalmente as mulheres que sempre estiveram nas lutas desde a independência do país, mas que não são valorizadas como os homens, e falar sobre a participação feminina na construção de uma cidadania na Guiné-Bissau é um complexo trabalho, porque desde sempre as mulheres guineenses estiveram e ainda estão ao lado dos homens para construir o país, mas poucas vezes elas são reconhecidas pelos trabalhos que fazem junto dos homens.

Mulheres e a construção da cidadania na Guiné-Bissau

Em geral as abordagens do Movimento Mindjer ika Tambur (Movimento feminino fundado em 2020 e escolhido como destaque para este artigo) apontam para um pensar feminista sobre a questão da cidadania e de gênero, instruindo as mulheres sobre as diversas formas de mostrarem suas lutas e desafios diários, com a criação do MIKAT, as denúncias aumentaram porque os membros deste movimento incentivaram as mulheres a denunciarem os abusos seja de forma anônimo ou não.

O tema da participação feminina na construção de uma cidadania ativa na Guiné-Bissau é um exercício complexo, isso porque, nesse país, as mulheres revoltaram-se ao lado dos homens desde os tempos da resistência à conquista colonial, e durante a luta pela independência do país, elas demonstraram uma reconhecida capacidade ao se implicarem em ações em prol da preservação e da restauração da liberdade de apreender durante a experiência colonial. Não se pode negar o impacto positivo delas e, de certa forma, prático, que o discurso do gênero produzido pelo movimento de libertação teve em termos da mudança de mentalidades da sociedade. Algumas narrativas das mulheres guineenses, que participaram de forma direta ou indireta na luta armada, deixam pressupor que as atividades que elas desempenharam produziram em total os papéis sociais e os estereótipos através dos quais se perpetuam as desigualdades, Gomes (p.5-12, 2016).

Desde o começo da luta armada na Guiné-Bissau em 23 de janeiro de ano de 1963, ou antes dela, existiam e ainda existem inúmeras dificuldades encontradas no percurso da

emancipação feminina. A maioria das mulheres guineenses têm concretizado alguns importantes objetivos, como a participação feminina na política, mesmo que seja muito pouca a representação delas; a exemplo da aprovação da lei de paridade em 2018 entre outras conquistas não só políticas, mas também sociais, como criações de movimentos sociais que as coordenações sempre são ocupadas pelas mulheres. Para Araújo (2012), quando o sujeito-ator-cidadão for pensado na perspectiva de gênero e, sobretudo, no seu presuntivo de se viabilizar como recurso legítimo da democracia representativa, com isto, se torna possível retomar e pensar sobre as tensões que constituem a cidadania na perspectiva de gênero.

Muitas histórias das lutas femininas são apagadas e a nova geração conhece pouco das mulheres que de certa forma participaram e participam no processo da construção da cidadania e do país. Segundo Patrícia Godinho Gomes (2016), as histórias fazem parte da vida dos cidadãos guineenses, mas existem muitas outras histórias positivas principalmente femininas que contribuíram para a formação dos povos da Guiné-Bissau, e essas histórias merecem, tanto quanto as outras, serem contadas e compartilhadas. Isso tudo abrange a questão central deste tópico que denominei por “Mulheres e a construção da cidadania na Guiné-Bissau”, porque, segundo Clara Araújo (2012), dentre outras dimensões mais recentes, podemos lembrar ainda das questões da diversidade, equidade, das identidades políticas e dos direitos humanos. Além disso, o conceito de cidadania pode ser relacionado com essas dimensões, e ainda com o debate sobre direitos, liberdade, igualdade social e julgamento político.

Para a historiadora Godinho Gomes (2016), a mobilização das mulheres ficou a dever-se, sobretudo, a diminuição radicalmente dos recursos financeiros destinados aos setores da educação e da saúde pública, a feminização do trabalho não remunerado ou a feminização do emprego, assim como aos processos intensos de liberação em curso nos países em desenvolvimento. Por outro lado, pode se perceber que, o crescente protagonismo feminino e as iniciativas feministas têm favorecido discussão e ações concretas sobre vários temas de interesse social, dentre estes, a violência contra as mulheres e a representação política. Esta mudança de comportamento social corresponde a uma nova forma de cultura política criada pelas mulheres.

Na minha interpretação, as iniciativas feministas tem sido de grande valia para a vida das mulheres guineenses, principalmente a nova geração, que por terem oportunidade de saber que elas podem mudar alguma coisa no comportamento social sem estarem ligadas à política ativa, elas criaram formas de ajudar umas às outras, não só financeiramente, mas principalmente

de fazerem com que muitas mulheres abandonem os seus relacionamentos abusivos. E ainda, tais formas auxiliam algumas mulheres a se reinventarem para conseguirem ter suas vidas financeiras de forma independente, sem depender exclusivamente dos homens.

Com isso, percebe-se que, ser cidadã ativa não depende somente de participar ativamente na política do país, mas de certa forma demonstrar capacidade de contribuir para o crescimento do país. Como se sabe, as mulheres guineenses são as que mais contribuem para o crescimento econômico do país (Guiné-Bissau) com as suas vendas formais e principalmente com as vendas informais. O crescimento das ondas feministas no país trouxe outra visão sobre estas mulheres, revelando a elas o quanto são tão importantes e necessárias quanto os homens e mulheres que trabalham na função pública, e na minha concepção, esta é uma forma de demonstração de fraternidade e da solidariedade política.

Maria da Glória Gohn (2011), nos mostra que a igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social, a fraternidade pode ser traduzida em solidariedade, a liberdade pode ser associada ao princípio da autonomia da construção do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade de inclusão social, de autodeterminação com soberania. Incessantemente, os movimentos sociais e feministas tematizam e redefinem, a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política. Eles têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais.

Pode-se dizer que, na democracia representativa, como processo democrático, as mulheres enfrentam uma dupla desvantagem, primeiro, exclusão formal da cidadania, proveniente do posicionamento efetivamente desvantajoso, e segundo, a exclusão atual chamado de exclusão estendida, digamos estendida porque, muitos de seus efeitos e aspectos se originam indiretamente e não mais formal e diretamente dessa exclusão de base, por outro lado, um ideário plenamente democrático implicaria inclusão equitativa das mulheres. Mas, para algumas pessoas, a cidadania parece não responder de fato a essa inclusão por um erro de origem nos processos eleitorais, pode-se pensar, por exemplo, nas suas inclusões como candidatas, sistematicamente menores em comparação com os homens, derivadas justamente desse processo, ou seja, nas capacidades socialmente construídas, que determinam de antemão as disposições subjetivas, Araújo (2012).

No caso da dupla desvantagem das mulheres, na Guiné-Bissau não foi/é diferente, as meninas sempre tiveram que cuidar da casa e em alguns casos lavar até as roupas dos seus

irmãos sejam mais velhos ou mais novos, para depois irem para escola ou fazer atividades relacionadas à escola, um dos fatores que acabam fazendo com que as meninas frequentem menos as escolas e em outros lugares como por exemplo as associações de sociedade civil, sem falar do êxodo escolar das meninas que acaba sendo causado algumas vezes por causa desta dupla ou tripla jornada. Sem falar nas mulheres rurais que em muitos casos elas também abandonam os estudos para poderem ajudar seus pais no campo porque os pais nem sempre aceitam que elas deixem de ajudar no campo para mudar de cidade a fim de poder dar continuidade aos seus estudos, porque dependendo do local onde elas habitam, nem todas as cidades têm o ensino médio nem tão pouco uma faculdade, e com isso, o campo também acaba perdendo uma parte da sua população.

O campo vem perdendo de uma forma muito considerável o seu contingente populacional durante as últimas décadas, entre os jovens essa desintegração camponesa se torna maior a cada dia, porque, com o surgimento de melhores condições nas cidades urbanizadas, acabam deixando o campo em busca de estudos, e sobretudo de trabalho e melhores condições de vida, RODRIGUES E PERIOLLI (2014).

Na Guiné-Bissau o êxodo rural se encontra mais por parte dos meninos, porque geralmente são eles que acabam saindo à procura de outras cidades a fim de poderem continuar seus estudos, e as mulheres acabam ficando e se casam. Isto fala muito sobre o atraso das mulheres em todas as esferas, porque na maioria dos casos elas acabam renunciando ao ensino superior, porque quando os irmãos saem elas falam que precisam ficar na mesma cidade a fim de cuidar dos pais.

Desde sempre as mulheres tiveram que abrir mão de muitas coisas ou elas foram obrigadas a deixar seus sonhos de lado por questões de falta de condições ou de oportunidades. Segundo Oyewumi (2021), (a autora fala no contexto do povo yorubá da Nigéria), na época da colonização havia uma hierarquia de quatro categorias, para começar, no topo estavam os homens europeus (brancos), segundo, as mulheres europeias (brancas), terceiro, homens africanos e, no último lugar da pirâmide se encontravam as mulheres africanas (pretas), ou seja, as mulheres nativas ocupavam a categoria residual e não especificada. Nos últimos tempos, as estudiosas e feministas têm procurado corrigir o viés masculino nos discursos sobre a colonização, elas estão se concentrando nas mulheres, a proposição mais importante que que emergiu desse esforço é que as mulheres africanas sofreram uma “dupla” colonização, primeira a dominação europeia e segunda a tradição imposta por homens africanos.

Assim como debater a questão da cidadania e do gênero são questões urgentes, os autores Paulo S. Rodrigues e Odimar J. Peripolli (2014), realçam que, debater profundamente e com muita seriedade o papel da escola faz necessário debater o conhecimento escolar e suas implicações sociais, e ainda salientam de que o projeto de sociedade criado pelo capital é um projeto excludente e classista, assim como o sistema educacional.

Eu diria que o projeto de sociedade criado pelo capital vai mais além de classe, porque ele também é sexista, é um projeto que não liga para as mulheres, porque subestimam tudo que elas são e fazem, as limitam em questões de uma única jornada que é de trabalho formal, esquecem que elas têm dupla ou tripla jornada, mesmo assim elas fazem de tudo para cumprirem seus deveres, e por isso elas trabalham mais e mesmo assim ganham menos que os homens.

Para finalizar este tópico, gostaria de lembrar que, o sentido da cidadania é uma condição de quem tem direitos civis, políticos e sociais, e esses direitos garantem a participação na vida política de toda a população. E lembrar também que o país em questão ainda está no processo de construção em todas as esferas, e exatamente por isso que espero que um dia mude o cenário político e social da sua população e principalmente das mulheres.

Segundo Daron (2009), as mulheres estão gerando riquezas, produzindo alimentos, embalando vidas, organizando lutas por libertação, com isso, as mulheres de todos os lados constroem lutas e resistem à opressão, enfrentando os mais diversos mecanismos de discriminação. Como experiências de resistência, elas revelam que os sujeitos das classes populares, com seus saberes, sua cultura, suas condições materiais, podendo elas serem humanas ou políticas, elas conseguem construir formas de organizar a vida e a saúde. Por outro lado, as mulheres enfrentam a realidade de forma mais organizada possível para transformá-la, e demonstram como suas capacidades são portadoras de uma dinâmica educativa que se expressa de diversas formas e que produz, pelas suas ações, novos saberes e novas práticas.

Movimento Mindjer Ika Tambur (MIKAT)

Criado em 2020, o movimento Mindjer ika Tambur foi criado por um grupo de mulheres guineenses no momento da pandemia de COVID-19 que abalou o mundo e trouxe com ela série de denúncias de mulheres que de alguma forma sofriram/sofrem com a violência doméstica. A

ideia da criação deste movimento surgiu através de uma campanha denominado Mindjer ika Tambur que foi criada como uma forma de intervenção social de um grupo de mulheres ativista e feministas que estavam questionando sobre a crescente onda de violências domésticas que vieram à tona no momento da pandemia de COVID-19.

A campanha baseia-se numa produção fotográfica que reporta o efeito da violência física nas mulheres, designadamente hematomas ficcionais que pretendem chamar a atenção sobre as agressões a que estão sujeitas as mulheres e ao mesmo tempo incentivar a denúncia sobre os corpos e vozes silenciadas (MIKAT, 2020).

Com esta campanha pudemos acompanhar através das redes sociais a repercussão que aquelas fotos causaram, porque as ativistas usaram uma estratégia de não falar nada e nem colocar legendas nas fotos por uma semana, porque assim poderia gerar curiosidades ou preocupações nas pessoas próximas as ativistas modelos. Lembro que quando postei a foto de uma das ativistas que é minha amiga, um amigo nosso em comum respondeu meu story perguntado quem tivesse feito aquilo com ela, e que ele vai providenciar que o autor do ato pague pelo que fez com a nossa amiga.



Fonte: Divulgação web

Portanto, pode se perceber que a estratégia usada por MIKAT foi de fazer com que os homens refletissem como é quando alguém violenta as nossas amigas ou irmãs, e na minha percepção, isso ajudou muito em trazer vários homens para a luta da violência doméstica, porque criou um gatilho na cabeça de alguns homens de que sim existe violência contra as mulheres mesmo que elas não consigam denunciar.

O Movimento Mindjer ika Tambur tem como objetivo, diminuir as violências baseadas no gênero, conscientizar a sociedade guineense e promover os direitos humanos das mulheres e meninas através de incentivos para denunciar as práticas de violência contra mulheres, por outro lado, proporcionar o acesso a direitos humanos das mulheres através de ações educativas com o propósito de garantir a diminuição ou eliminação de violências baseadas no gênero (MIKAT, 2020).

Depois da criação do MIKAT em Bissau ter várias repercussões positivas, eu junto de algumas amigas decidimos pedir à direção geral do movimento a criação de um órgão na diáspora onde atuei como vice-presidente. No MIKAT diáspora como tinha participantes de membros que moravam em países diferentes, atuávamos junto com o MIKAT de Guiné-Bissau da seguinte maneira: quando havia um acontecimento como feminicídio ou uma violência brutal, enquanto o órgão geral lá em Guiné-Bissau atuava diretamente no acompanhamento do caso, nós da diáspora fazíamos lives na página geral do Facebook do movimento como uma forma de denúncia e fazer chegar a mais pessoas em todo mundo.

No momento, o órgão da diáspora se encontra inativa devido fracasso de participação dos membros por conta de fuso horário que acabou não facilitando a participação de alguns membros, porque os tais moram em países e continentes diferentes, por outro lado, são estudantes e alguns estudam e trabalham ao mesmo tempo, o que acabou enfraquecendo mais a participação dos membros. Mas, o MIKAT da Guiné-Bissau ainda está fazendo as mobilizações e atividades que faziam desde início que é de incentivar e orientar as mulheres a denunciarem os abusos que elas têm sofrido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a metodologia utilizada para a elaboração deste artigo, não foi possível conversar com as mulheres por ter adotado método da revisão bibliográfica, uma das dificuldades foi não ter conseguido muitos materiais que falam das mulheres nos movimentos sociais e a cidadania na Guiné-Bissau, então, a maioria da bibliografia utilizada foi de outros países, principalmente dos da América Latina.

Por ser um país com várias etnias e culturas, existe uma certa dificuldade de abrir mão de certas coisas por alguns grupos étnicos que muitas vezes criam um certo tipo de resistência

entre os pais e os filhos, principalmente com as filhas, como por exemplo a questão de casamento por indicação trás conflito porque o pai acredita de que ele tem obrigatoriedade de escolher o marido para filha e muitas vezes a pessoa escolhida é mais velha e ou já tem outra mulher, situação esta que por um lado é o motivo que faz algumas meninas não conseguem seguir com seus estudos por que se fugir de casa não tem aonde ir, e acaba se conformando.

Acredito que, se o estado criar condições para estas meninas termos mais quadros femininos no país ocupando cargos políticos, sem deixar de criar políticas públicas para melhorar as condições da vida no campo e na zona rural para as mulheres vendedeiras nos mercados que passam por situações difíceis, porque, elas estão expostas a situações de vulnerabilidade, mas não podem deixar de ir trabalhar (vender) porque é ali que tiram o sustento dos seus filhos. Estas poderiam ser algumas soluções que podem melhorar a vida das jovens e das mulheres guineenses enquanto cidadãos de direito.

Não podia concluir este artigo sem falar dos últimos acontecimentos com as mulheres bideiras (vendedeiras) da feira/mercado da praça de Bissau, como toda parte do artigo mostra que elas vivem e mantém suas famílias com estas vendas que elas fazem, em dezembro de 2022, foi inaugurado o mercado da praça de Bissau e elas não foram incluídas na construção nem tão pouco na cerimônia da inauguração, simplesmente foram excluídas e expulsas de interior do mercado.

O governo simplesmente reconstruiu o mercado sem espaço para estas mulheres que por anos venderam ali, alegando de que o espaço não é adequado para os produtos que elas vendem, no caso, peixes e mariscos. A indagação que fica é, por que o governo não priorizou estas mulheres que por anos venderam neste mercado? Por que dizer que o mercado agora não é adequado para os produtos que elas vendem?

Acredito que é pura alienação não valorizar seus produtos e sua população, querem construir mercados que nem os da Europa e esqueceram de fazer as coisas de acordo com a realidade do país, antropologicamente falando, a primeira coisa a fazer antes mesmo de construir qualquer coisa que tem a ver com um grupo de pessoas, precisa de um estudo para fim de poder incluir estas pessoas. Outro ponto importante é, por que imitar países da Europa quando se quer mostrar as coisas boas que o seu país tem? Seria melhor se fizessem o mercado para a população em geral e especificamente para as mulheres que sempre estiveram ali ajudando na economia do país, com isso ter um diferencial que pudesse mostrar aos turistas.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALVARES, Sonia E. **Para além da sociedade civil**: reflexões sobre o campo feminista. Ed. Cadernos pagu. Jan-jun. 2014

BARROS, Miguel de. **A Sociedade Civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991-2011)**. Revista Estudia, n 18, Ed. Centro de Estudos Africanos da Universidade de Porto. 2012.

BUSSOTTI, Luca. MUTZENBERG, Remo. **Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África**. Ed. Centro de estudos internacionais. Jun. 2016. P. 7-14

CABANILLAS, Natália. **Ativismo islâmico de mulheres na cidade do cabo, África do sul**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

CARLOS, Suzeneia. **Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011.

DARON, Vanderleia Laodete Pulga. **A dimensão educativa da luta por saúde no movimento de mulheres camponesas e os desafios político-pedagógicos para a educação popular em saúde**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 79, p. 387-399, set./dez. 2009.

FEDERICI, Silvia. **Na luta para mundo**: mulheres, reprodução e resistência na américa latina. Revista Estudos Feministas, Florianópolis. 2017.

GARRAFÃO, Yolanda V. M. **Ontem m'pili (menina) hoje neguine (mulher casada)**: a percepção das mulheres da etnia papel sobre o casamento tradicional (k'mari) na Guiné Bissau. Monografia (Bacharel em Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, Redenção, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

GOMES, Patrícia Alexandra Godinho. **As outras vozes**”: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. Revista do programa de pós-

graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 1, número 1, janeiro – junho de 2016.

GOMES, Peti Mama. **Mulheres em Associação na Guiné-Bissau: gênero e poder em Bobock e Bontche**. Redenção, 2019. 111f: il. Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico Em Antropologia Ufc/unilab, Mestrado Em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos**. Revista brasileira de ciências sociais - vol. 29 n° 85. jun. 2014

MARTINS, João Miguel Godinho. **O papel das Associações de Base na recuperação comunitária em Estados Frágeis no Pós-Conflito: O caso do bairro de Quelele (Bissau) no pós guerra de 1998-1999**. Mestrado. Instituto Superior de Gestão e Economia. Set. 2011

MIKAT. **Como surgiu a iniciativa da criação do MIKAT?** Documento da justificativa da formação do Movimento Mindjer i Ka Tambur, 2020

NOBRE, Mirian, FARIA, Nalu. **Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da marcha mundial das mulheres no fórum social mundial**. Estudos Feministas, Florianópolis. 2003

OYEWUMI, Oyeronké. **A INVENÇÃO DAS MULHERES: construindo um sentido para os discursos ocidentais de gênero**. Ed. Bazer do tempo. Rio de janeiro. 2021

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, Ministério da Economia e Finanças Instituto Nacional de Estatística (INE). **Inquérito Regional Integrado sobre Emprego e Setor Informal (ERI - ESI) Guiné-Bissau, 2017-2018, outubro 2019**.

RODRIGUES, Paulo Sérgio, PERIPOLLI, Odimar João. **o êxodo rural entre os jovens camponeses: o desafio colocado à escola**. Revista Eventos Pedagógicos v.5, n.2 (11. ed.), número regular, p. 291 - 300, jun./jul. 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI**. Política e sociedade. Florianópolis-Vol. 13. N 28. dez. 2014